Índice 2011 de sustentabilidade das ONGs da África Subsaariana

Indice 2011 de pérennisation des ONG de l'Afrique sub-saharienne

GABÃO Capital: Libreville Regime político: República; regime presidencial multipartidário População: 1.608.321 (est. julho de 2012) PIB per capita (PPA): 16.400 $ Índice de desenvolvimento humano: 106 PERPETUAÇÃO DAS OSC: 5,4 A perpetuação das OSC no Gabão estagnou amplamente em 2011. Nenhum progresso foi registrado no sentido de uma melhoria do contexto jurídico, a revisão da Lei 35/62 sobre associações tendo sido adiada para uma data indeterminada. As OSC também tiveram que enfrentar uma situação política tensa devido às eleições legislativas realizadas em 2011. Quando o governo se recusou a implementar um sistema de identificação biométrica para os eleitores, a oposição boicotou as eleições e um coletivo de OSC liderou um movimento denominado "Basta é basta" para exigir eleições transparentes. No âmbito desse movimento, os atores da sociedade civil adotaram pela primeira vez uma posição clara sobre o debate político no Gabão e o coletivo apresentou uma lista de treze demandas pela transparência electoral. Mas relativamente poucas OSC participaram deste movimento e muitas outras permaneceram em silêncio por medo das autoridades publicas, da pressão e da intimidação. O movimento também exacerbou as tensões dentro da sociedade civil. Uma das características da sociedade civil gabonesa é, de fato, a divisão entre as OSC pró-governamentais e as OSC mais independentes. Embora as OSC não estejam teoricamente ligadas a nenhum partido político específico, muitas vezes o fazem para promover certas causas. As OSC pró-governamentais são criadas por

alguém no poder ou alguém buscando um protetor no poder. Elas geralmente se beneficiam de certas benesses das autoridades públicas, enquanto aquelas que são mais críticas em relação ao governo recebem ameaças de dissolução ou ameaças pessoais contra seus diretores. As divisões se acentuaram em 2011 entre as OSC pró-governamentais e as OSC independentes. O conflito crescente entre esses dois grupos dificultou o surgimento de uma sociedade civil forte e independente. As autoridades públicas tornaram-se cada vez mais hostis em relação às OSC, especialmente aquelas que questionam as políticas governamentais. As OSC foram toleradas apenas quando a comunidade internacional condicionou sua ajuda à participação delas nos programas. Ao compreender seus papéis e responsabilidades, as OSC estão se esforçando para profissionalizar ainda mais seu pessoal, escritórios, gestão e competências técnicas. As OSC também estão começando a colaborar mais e formar coalizões e plataformas para realizar campanhas de advocacy, como atesta o movimento "Basta é basta" e a plataforma Ambiente Gabão. Algumas coalizões e plataformas começam a elaborar planos estratégicos. Além do conflito com as autoridades, as OSC são prejudicadas pela escassez de fontes de financiamento, o que restrige suas atividades e as impede de contratar pessoal permanente e adquirir o material necessário para funcionar adequadamente. Isso se deve em parte ao fato de que o Gabão foi designado como um país com renda intermediária, o que limita os fundos internacionais disponíveis para o país em geral e as OSC em particular. CONTEXTO JURÍDICO: 6,1 O quadro regulatório e jurídico que rege as atividades das OSC, a Lei 35/62 de 10 de dezembro de 1962, não se melhorou em 2011. Em 2010, o Programa de fortalecimento dos atores não estatais (PROGREANE) propôs uma revisão dessa lei com o objetivo de fortalecer a autonomia das OSC. A proposta teria permitido reduzir os procedimentos administrativos e as declarações que as OSC são obrigadas a fazer, reconhecer um status especial "ONG", ampliar as atividades autorizadas e dotar as OSC de novas medidas de proteção contra a dissolução. Nenhum avanço

foi registrado em 2011 no sentido da adoção dessa revisão da lei, mesmo que a lei atual não esteja mais bem adaptada às OSC gabonesas e ao papel que elas desempenham na sociedade. Assim, por exemplo, as diretrizes jurídicas sobre a gestão interna, o quadro das atividades autorizadas e a dissolução das OSC são todas ambíguas, o que dá às autoridades uma margem para manipular arbitrariamente as OSC e não deixa às mesmas muitas vias de recurso contra o assédio, exceto a ação direta no Conselho Estadual. Várias OSC que trabalham em questões diversas enfrentaram a pressão crescente das autoridades públicas devido ao conflito provocado pelo movimento “Basta é basta” e a um litígio com o sindicato nacional dos professores. As OSC que criticam as autoridades públicas enfrentam ameaças explícitas ou veladas de dissolução e, em alguns casos, seus dirigentes são alvo de ameaças físicas. Um dos exemplos mais marcantes de assédio por parte das autoridades públicas em 2011 foi a suspensão em janeiro dos salários de nove dirigentes da Convenção nacional dos sindicatos do setor da educação (CONASYSED) em represália a uma greve. Os nove líderes responderam fazendo uma greve de fome de 2 a 18 de setembro de 2011 até que o arcebispo de Libreville interviesse para negociar o fim da suspensão de seus salários em troca da interrupção da greve. Mas várias das reivindicações originais da CONASYED não foram, no entanto, atendidas.

Se as organizações internacionais estão isentas de IVA e de certos direitos aduaneiros, as OSC nacionais não se beneficiam de nenhuma isenção fiscal no âmbito da lei. As OSC nacionais podem, em teoria, beneficiar de isenções fiscais se obtiverem o status de interesse público, mas apenas algumas- delas possuem esse status, pois seu processo de obtenção é extremamente moroso. Quando as OSC obtêm um número de identificação fiscal, o software do escritório de arrecadação não possui nem mesmo opção para registrar as OSC ou as organizações sem fins lucrativos, então as OSC se registram como empresas com fins lucrativos. No entanto, as OSC raramente pagam impostos além das contribuições sociais de seus empregados e, portanto, correm o risco de serem cobradas por dívidas fiscais. Ainda é difícil para as OSC recorrer a assessoria jurídica, pois esses serviços são caros e os advogados locais nem sempre são competentes. Não existe, de fato, formação especializada sobre a legislação que rege as OSC para os advogados e apenas alguns deles dominam bem esses textos de lei e o funcionamento das OSC. Ainda não existe uma lei relativa às OSC que geram receitas de sua prestação de bens e serviços, muito embora um número crescente de organizações esteja agora concorrendo a licitações e fornecendo bens e serviços ao Estado e a financiadores estrangeiros e nacionais. CAPACIDADE ORGANIZACIONAL: 5,5 Os estatutos da maioria das OSC definem suas missões que refletem os objetivos de seus membros fundadores. As OSC gabonenses compreendem a importância da planejamento estratégico para a programação de seus campos de especialização e para questões nacionais mais amplas, mas sua implementação varia. Em muitos casos, as OSC não dispõem nem dos conhecimentos nem dos recursos financeiros pra realizar grandes exercícios de planejamento e têm dificuldades para planejar adequadamente com antecedência, especialmente porque poucos financiadores estão dispostos a financiar um plano trienal ou quinquenal. As OSC gabonesas são limitadas por sua incapacidade de manter pessoal permanente. Devido à natureza de seu financiamento, geralmente contratam funcionários em contratos de curto prazo cobrindo o período de execução de um projeto específico e contam muito com voluntários. Devido aos fundos limitados de que dispõem, as OSC não podem adquirir equipamentos modernos de escritório. É por isso que muitas organizações compartilham um espaço de escritório e algumas são forçadas a recorrer a cybercafés para poder acessar a Internet. VIABILIDADE FINANCEIRA: 6,1 Se há uma ameaça que paira sobre as OSC gabonesas como uma espada de Dâmocles, é a viabilidade financeira. Desde 2010, não houve, de fato, nenhuma melhoria quanto à disponibilidade de fundos, especialmente em nível local. A situação sociopolítica tensa em torno das eleições levou vários doadores a se absterem

de lançar oportunidades de financiamento em favor das OSC. O fechamento do PROGREANE em 2010 reduziu as oportunidades de financiamento das OSC. A Fundação Sylvia Bongo Ondimba foi criada em 2011 pela primeira dama do Gabão, em parte para remediar essa insuficiência. Seus objetivos declarados são financiar as atividades das

OSC em três áreas: educação de jovens, saúde materna e infantil e formação profissional de populações marginalizadas. Em 2011, esta organização lançou seu primeiro edital, mas a seleção foi realizada de maneira muito opaca e poucas OSC conseguiram acessar esses fundos. A viabilidade financeira das OSC também foi prejudicada pelo fato de que o Estado mudou suas prioridades de financiamento em 2011. De fato, a maior parte dos fundos públicos foi destinada aos preparativos da Copa Africana de Nações de 2012 e à organização das eleições legislativas previstas para 17 de dezembro de 2011. O Estado raramente lança editais para contratos públicos aos quais as OSC podem concorrer, resultando em que as OSC mais financeiramente viáveis concentrem seus esforços na busca de fontes internacionais de financiamento. Os fundos mais significativos são concedidos por algumas organizações privadas, mas os doadores estrangeiros também ocasionalmente concedem fundos às OSC. No entanto, a crise financeira internacional, que resultou em uma redução das doações internacionais, afetou severamente o setor. Existem muito poucas fontes locais de patrocínio disponíveis para as OSC. Nos raros casos em que um particular faz uma doação a uma OSC, geralmente é para fins de publicidade pessoal ou para uma campanha política. Esse tipo de financiamento pode ser, por exemplo, disponibilizado a OSC que organizam eventos esportivos para jovens, o que frequentemente permite a publicação dos nomes dos doadores. Além de algumas OSC bem financiadas, a maioria não possui um sistema de gestão financeira. ADVOCACIA: 5,1 Os eventos de 2011 ajudaram as OSC a entender seu impacto nos debates públicos e a perceber que os poderes públicos estão cada vez mais monitorando suas atividades, mesmo que os quadros institucionais de diálogo não tenham sido implementados. Neste ano, as OSC participaram de uma série de fóruns e grupos de trabalho sobre questões como planejamento familiar, doenças sexualmente transmissíveis, higiene e HIV/AIDS. As OSC geraram entusiasmo geral em 2011 por meio de várias campanhas de advocacy de alta visibilidade sobre questões sociopolíticas. Em janeiro, o Ministério do Interior dissolveu um dos principais partidos de oposição, a União Nacional. Após a confirmação dessa decisão pelo Conselho de Estado em julho, um coletivo de OSC que luta pela boa governança e pela proteção dos direitos humanos lançou o movimento Chega é Chega. Este movimento reuniu um certo número de líderes de partidos de oposição e de dirigentes da sociedade civil para exigir a transparência do processo eleitoral por meio da implementação de várias novas práticas, como o uso de um sistema de identificação biométrica. O coletivo apresentou uma lista de treze demandas para eleições transparentes e liderou uma campanha de advocacy e conscientização em todo o país que conseguiu persuadir a população a se abster de participar das eleições legislativas de dezembro em protesto contra a falha do governo em implementar suas recomendações. A taxa de abstenção foi, portanto, de quase 85%. A Rede das OSC pela boa governança no Gabão (ROLBG) e o Observatório Nacional da democracia (OND) também continuam uma campanha permanente desde as eleições presidenciais de 2009 para permitir que a sociedade civil participe mais plenamente da vida política do país. Ao longo do ano, os sindicatos de estudantes e os sindicatos dos setores de saúde, educação, energia e agricultura, entre outros, organizaram greves para reivindicar melhores condições de trabalho e de vida. Em termos de lobby, a situação não melhorou em relação aos anos anteriores e o acesso de algumas OSC aos responsáveis públicos enfraqueceu devido à sua associação com o partido político de oposição no âmbito do movimento Chega é Chega. Em 2011, as OSC contribuíram para a revisão de várias leis como o Código do Meio Ambiente e o Código Florestal, mas todas essas leis foram bloqueadas devido às eleições iminentes.

FORNECIMENTO DE SERVIÇOS: 5,1 Apesar da situação política tensa em 2011, as OSC continuaram a fornecer serviços ao público. A gama de produtos e serviços oferecidos não mudou significativamente. Ela incluía campanhas de informação e de proximidade, bem como formações e assistência jurídica. Mas as tensões do movimento Chega é Chega e as graves criaram divisões internas entre as OSC e suscitaram animosidade do governo em relação a algumas OSC, o que prejudicou a capacidade dessas OSC de fornecer serviços. A diminuição do financiamento também prejudicou essa capacidade. As OSC melhoram sua aptidão para atender às necessidades locais, pois as comunidades locais e as populações urbanas estão particularmente cada vez mais sensíveis às missões e objetivos das OSC. Mas elas, no entanto, nem sempre aprovam as práticas das OSC que criticam publicamente as empresas privadas e os poderes públicos. As OSC geralmente não conseguem recuperar os custos dos serviços que fornecem. Se os poderes públicos reconhecem o papel que desempenham na prestação de serviços, o apoio financeiro que fornecem às OSC não o reflete. As subvenções concedidas às OSC de defesa do meio ambiente, por exemplo, são muito pequenas e irregulares, e a seleção dos beneficiários é amplamente considerada como abusiva. INFRAESTRUTURA: 5,2 A infraestrutura das OSC deteriorou-se com o fim do programa PROGREANE, que apoiou as OSC e trabalhou na criação de uma federação de OSC. A Fundação Sylvia Bongo Ondimba não desempenha tão bem esse papel, mas ainda assim contratou a organização francesa Rede de ONGs europeias para a agricultura, o comércio, o meio ambiente e o desenvolvimento (RONGEAD) para fornecer formações às OSC. Mas muitos líderes de opinião da sociedade civil gabonesa acreditam, no entanto, que esta fundação é utilizada para controlar as OSC. As poucas OSC que se beneficiam de seus serviços são geralmente organizações pró- governamentais, que às vezes são tratadas pelas OSC como opositores da sociedade civil. A Fundação Sylvia Bongo Ondimba se concentra mais especificamente em setores particulares. No final de 2011, não havia outras organizações de apoio intermediário, centros de recursos das OSC ou organizações financiadoras a nível local. As OSC continuam a compartilhar informações no âmbito de suas redes, plataformas e outros movimentos e meios tradicionais de comunicação. Esses circuitos incluem reuniões formais e fóruns, bem como encontros informais e e-mails. Em 2011, as OSC também recorreram às redes sociais, especialmente o Facebook, particularmente para denunciar em maior escala as violações dos direitos humanos. Além dos serviços oferecidos pela Fundação Sylvia Bongo Ondimba, as oportunidades de formação não se melhoraram. Organizações como o Centro Nacional para Associações Femininas no Gabão (CENAF) só podem formar um número limitado de organizações devido a restrições financeiras. Se o

Gabon possui especialistas em gestão e administração de OSC, os programas de formação ou de aprendizado especialmente destinados às OSC ainda são raros. IMAGEM PÚBLICA: 5,0 A cobertura da mídia das OSC foi marcada em 2011 pela ausência de imparcialidade devido ao clima político tenso. Os mídias públicos mantiveram-se próximos à posição do governo e não cobriram as atividades das OSC que criticam os poderes públicos. Em contrapartida, os mídias privados, especialmente aqueles que apoiam os partidos de oposição, cobriram positivamente as atividades das OSC anti-governamentais e evitaram cobrir aquelas das OSC pró-governamentais. No entanto, alguns mídias privados são próximos do governo. As OSC geralmente têm que pagar para obter uma cobertura midiática visível e positiva de suas atividades. O conceito de sociedade civil e seu papel não são bem compreendidos no Gabão. Mas o público ainda percebe a ação do setor associativo de maneira positiva, especialmente após o surgimento do movimento Chega é Chega, que ajudou cada vez mais as populações a formular queixas que não haviam conseguido expressar publicamente no passado. Mas os

mídias, no entanto, não cobriram esse movimento de maneira abrangente e algumas camadas da população ainda têm uma percepção errônea das OSC. A crescente visibilidade desses movimentos complicou a percepção dos poderes públicos em relação às OSC, que eles consideram cada vez mais ligadas à oposição. O debate não diz mais respeito às questões técnicas relativas ao reconhecimento das competências das OSC; estas, de fato, agora pleiteiam por mudanças institucionais. Pela primeira vez no Gabão, elas se tornaram mais críticas em relação do governo e persistem em melhorar a governança. Com o surgimento das mídias sociais, as OSC desenvolvem uma ampla gama de ferramentas e suportes de comunicação para divulgar suas atividades a jornalistas, tomadores de decisão e ao público. Internamente, as OSC não elaboraram nem uma carta ética nem qualquer outro sistema de autorregulamentação. As únicas convenções existentes são alguns protocolos de entendimento entre algumas plataformas e redes. As OSC continuam a produzir relatórios de atividades e a disponibilizá-los para parceiros e outras partes interessadas.